

# Prefeitura Municipal da Lapa Estado do Paraná

CÂMARA MUNICIPAL  
LAPA - PR  
PLS. Nº 01  
nº 01

Ofício nº 015

Lapa, 20 de Janeiro de 2005

Senhor Presidente:


Nesta oportunidade estou enviando três Projetos de Lei, conforme disposto abaixo, cujas súmulas são as seguintes:

- Projeto de Lei nº 01/05 – Estabelece cargos de provimento em comissão do Poder Executivo Municipal, a partir de 01 de janeiro de 2005, e dá outras providências;
- Projeto de Lei nº 02/05 – Altera dispositivos da Lei nº 1521, de 22.02.01, acrescenta-lhe seções, artigos, parágrafos, incisos e alíneas e dá outras providências;
- Projeto de Lei nº 03/05 – Altera a Lei nº 1795, de 05.07.04, e dá outras providências.

Outrossim, com fundamento no artigo 36, Inciso I, da Lei Orgânica Municipal, solicito que os referidos Projetos sejam apreciados em convocação extraordinária, com a maior brevidade possível.

Sem outro motivo, subscrevo-me

Cordialmente

  
Miguel Batista  
Prefeito Municipal

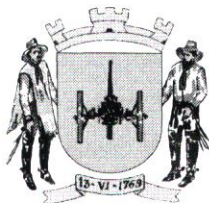
**CÂMARA MUNICIPAL  
LAPA - PR**

PROTOCOLO Nº 36/05

DATA 20 / 01 / 05

15:30 hrs. MGB

EXMO. SR.  
JOÃO RENATO LEAL AFONSO  
DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL  
NESTA



# Prefeitura Municipal da Lapa Estado do Paraná

CÂMARA MUNICIPAL  
LAPA - PR  
P.L. Nº 02  
m/b.

PROJETO DE LEI Nº 03, DE 20 DE JANEIRO DE 2005.

Súmula: Altera a Lei 1795, de 05.07.2004, e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Lapa, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, apresenta à consideração desta Câmara Municipal, o seguinte Projeto de Lei:

Artº 1º. Fica acrescido ao ANEXO I, da Lei 1795, de 5 de julho de 2004, o seguinte item:

PROGRAMA 0001 – Programa do Processo Legislativo  
Objetivos: permanecem inalterados

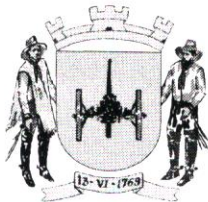
|   |                                 |    |
|---|---------------------------------|----|
| - Proceder a readequação e/ou ampliação da estrutura do Quadro de Pessoal | assessor e estagiário / unidade | 15 |
|---|---------------------------------|----|

Artº 2º. - Permanecem em vigor os demais itens não atingidos pela presente alteração.

Artº 3º. - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Lapa, 20 de janeiro de 2005

  
Miguel Batista  
Prefeito Municipal



# Prefeitura Municipal da Lapa Estado do Paraná

CÂMARA MUNICIPAL  
LAPA - PR  
P.L.S. Nº 03  
m/b

JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 03, DE 20 DE JANEIRO DE 2005.

Senhor Presidente, Senhores Vereadores:

O Tribunal de Contas do Estado recomenda como indispensável a existência de uma assessoria para o Poder Legislativo, constituída de um assessor econômico e um assessor jurídico, enquanto os próprios Integrantes desta Colenda Câmara pretendem ser assistidos por um assessor parlamentar. A fim de que seja possível a concretização dessa recomendação e desse anseio, torna-se necessária a existência de previsão legal, feita na LDO, que somente pode ser realizada mediante projeto de iniciativa do Poder Executivo.

São as razões que justificam o presente projeto, cuja aprovação é do exclusivo interesse da Comissão Executiva e dos Senhores Vereadores com assento nesta Casa de Leis.

Edifício da Prefeitura Municipal de Lapa, 20 de janeiro de 2005

Miguel Batista  
Prefeito Municipal





# Poder Legislativo do Município da Lapa Estado do Paraná

## ANTE-PROJETO DE LEI Nº 03/05

Autor: Executivo Municipal

Sumula: Altera a Lei nº 1795, de 05.07.04, e dá outras providências.

Protocolado na Secretaria no Dia 20/01/2005.

Apresentado em Expediente do Dia --/--/----

Encaminhado à Comissão de:

☒ Legislação, Justiça e Redação, em 20/01/2005.

☒ Economia, Finanças e Orçamento, em 20/01/2005.

☐ Saúde, Educ., Cult., Esp., B.E. Social e Ecol., em XX\_/XX\_/XX.

☐ Urbanismo e Obras Públicas, em XX\_/XX\_/XX.

☐ Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em XX\_/XX\_/XX.

☐ Controle e Fiscalização, em XX\_/XX\_/XX.

**JOÃO RENATO LEAL AFONSO**  
Presidente do Poder Legislativo Municipal

|   |   |
|---|---|
| Recebi o projeto em <u>20</u> / <u>01</u> / 2005<br><br><b>LEANDRO PIERIN B. DA SILVEIRA</b><br>Presidente da Comissão de Legislação,<br>Justiça e Redação                  | <b>DESIGNAÇÃO DO RELATOR</b><br>Fica designado para relatar sobre a matéria o Vereador<br><u>MARCO ANTONIO BORTOLETO</u><br>Lapa, em <u>20</u> / <u>01</u> / 2005.<br><br><b>LEANDRO PIERIN B. DA SILVEIRA - Presidente da CLJR</b> |
| Recebi o projeto em <u>20</u> / <u>01</u> / 2005<br><br><b>JOÃO ANTONIO DE JESUS MARTINS</b><br>Presidente da Comissão de Economia,<br>Finanças e Orçamento                 | <b>DESIGNAÇÃO DO RELATOR</b><br>Fica designado para relatar sobre a matéria o Vereador<br><u>MARCO ANTONIO BORTOLETO</u><br>Lapa, em <u>20</u> / <u>01</u> / 2005.<br><br><b>JOÃO ANTONIO DE JESUS MARTINS - Presidente da CEFO</b> |
| Recebi o projeto em ____ / ____ / 2005<br><br><b>ANTONIO LUIZ CARLOS CAVALINI</b><br>Presidente da Comissão de Saúde, Educ., Cult.,<br>Esporte, Bem Estar Social e Ecologia | <b>DESIGNAÇÃO DO RELATOR</b><br>Fica designado para relatar sobre a matéria o Vereador<br>_____<br>Lapa, em ____ / ____ / 2005.<br><br><b>ANTONIO LUIZ C. CAVALINI - Presidente da CSECEBESEcol</b>                                 |
| Recebi o projeto em ____ / ____ / 2005<br><br><b>MARCO ANTONIO FERRARI RAMOS</b><br>Presidente da Comissão de Urbanismo e<br>Obras Públicas                                 | <b>DESIGNAÇÃO DO RELATOR</b><br>Fica designado para relatar sobre a matéria o Vereador<br>_____<br>Lapa, em ____ / ____ / 2005.<br><br><b>MARCO ANTONIO FERRARI RAMOS - Presidente da CUOP</b>                                      |
| Recebi o projeto em ____ / ____ / 2005<br><br><b>MARCO ANTONIO BORTOLETTO</b><br>Presidente da Comissão de Agricultura,<br>Pecuária e Abastecimento                         | <b>DESIGNAÇÃO DO RELATOR</b><br>Fica designado para relatar sobre a matéria o Vereador<br>_____<br>Lapa, em ____ / ____ / 2005.<br><br><b>MARCO ANTONIO BORTOLETTO - Presidente da CAPA</b>   |
| Recebi o projeto em ____ / ____ / 2005  | <b>DESIGNAÇÃO DO RELATOR</b><br>Fica designado para relatar sobre a matéria o Vereador<br>_____   |



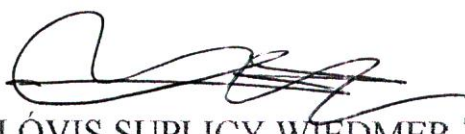
Ao Sr. João Renato Leal Afonso  
Presidente desta Câmara Municipal


Tendo conhecimento do teor do Anteprojeto de Lei nº 01/05, que tramitará em breve neste Legislativo Municipal, nos permitimos sugerir a V. Ex<sup>a</sup>. que se officie ao Poder Executivo deste Município, por ser de sua iniciativa, a alteração na Lei de Diretrizes Orçamentárias, mais especificamente no anexo intitulado "Prioridades de Metas" do tópico "Programa do Processo Legislativo", a inclusão da pretensão inserta na proposição supra referida, como forma de atendermos o entendimento atual do Tribunal de Contas do Estado, sobre o tema.

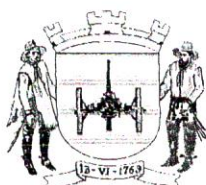
Muito embora o correto seria utilizarmos a modalidade de indicação para o Executivo Municipal, por estarmos em período de recesso parlamentar e diante da urgência que o caso requer, opinamos pela comunicação via ofício, fazendo anexar a esse expediente cópia da proposição 01/05.

Sendo o que tínhamos para o momento,  
subscrevemo-nos,  
atenciosamente.

Lapa, Pr., 18 de janeiro de 2005

  
CLÓVIS SUPLICY WIEDMER  
Assessor Jurídico

F. Tramiunt-Sk  
CONF. AMT  
D. JUNIOR  
  
18/01/05



# PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

## LAPA - PARANÁ

Lapa, 19 de janeiro de 2005

Ofício nº 013/05

Assunto: Solicitação

Prezado Prefeito:

Tendo em vista ser de iniciativa única do Executivo Municipal a apresentação de proposta para a Lei de Diretrizes Orçamentárias, venho **solicitar** que esse Poder apresente projeto alterando a Lei Municipal nº 1795, no que refere-se ao **Programa 0001 – Programa do Processo Legislativo**, acrescentando o item - **PROCEDER A READEQUAÇÃO E/OU AMPLIAÇÃO DA ESTRUTURA DO QUADRO DE PESSOAL** – afim de que possamos apresentar as modificações necessárias na estrutura funcional, para o melhor andamento dos trabalhos legislativos.

Na oportunidade renovo minhas considerações.

Atenciosamente



**JOÃO RENATO AFONSO**  
Presidente

Ao Exmº. Sr.

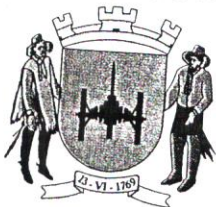
**MIGUEL LOURENÇO HONRNING BATISTA**

DD. Prefeito Municipal

Nesta

SG/sg





# Prefeitura Municipal da Lapa Estado do Paraná



LEI Nº 1795, DE 05 DE JULHO DE 2004.

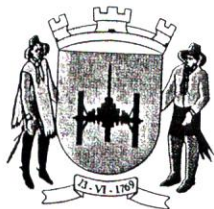
Súmula: "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2005 e dá outras providências".

A Câmara Municipal de Lapa, Estado do Paraná, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO, a seguinte Lei:

## DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. - O orçamento do Município da Lapa, relativo ao exercício financeiro de 2005, será elaborado e executado segundo as diretrizes gerais estabelecidas nos termos da presente lei, em cumprimento ao disposto no art. 165, §2º, da Constituição Federal, no art. 111, inciso II, da Lei Orgânica do Município da Lapa, e ainda ao disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, compreendendo:

- I - os ajustes do Plano Plurianual decorrentes da reavaliação da realidade econômica e social do município;
- II - as prioridades e metas da Administração Pública Municipal;
- III - a organização e a estrutura dos orçamentos;
- IV - as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do município e suas alterações;
- V - as disposições relativas às despesas do município com pessoal e encargos sociais;
- VI - as disposições sobre alterações na Legislação Tributária do Município;
- VII - as disposições relativas aos orçamentos da fundação e dos fundos;
- VIII - as disposições estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal;
- IX - as disposições finais.



# Prefeitura Municipal da Lapa Estado do Paraná



BELA E JUSTA  
...02

LEI Nº 1795, DE 05.07.04

## CAPÍTULO I

### DOS AJUSTES NO PLANO PLURIANUAL

Art. 2º - As prioridades e metas da administração municipal, fixadas na presente lei e não constantes da Lei Municipal nº 1.598, de 28 de dezembro de 2001 - Plano Plurianual, ficam incorporadas em razão da reavaliação da realidade econômica e social do Município.

Art. 3º - As prioridades e metas da administração municipal foram estabelecidas em consonância com a Lei Municipal nº 1.598, de 28 de dezembro de 2001.

## CAPÍTULO II

### DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 4º - São prioridades da Administração Municipal:

I - incrementar a capacidade de arrecadação do Município e otimizar o uso dos recursos públicos, buscando acréscimo nos investimentos para atender às necessidades essenciais da população;

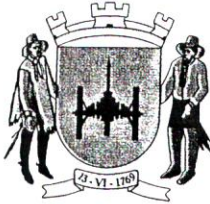
II - implementar políticas, visando a geração de empregos e a integração com a região metropolitana;

III - estabelecer Projetos Estratégicos do Plano de Governo, dando ênfase para as ações que provoquem maior impacto social;

IV - buscar a plena cidadania, através do atendimento às necessidades da população nas áreas de: saúde, saneamento, educação, esporte, cultura, lazer, habitação, assistência social, agricultura, abastecimento e transporte;

V - fortalecer o exercício da gestão compartilhada entre o Poder Público e a comunidade.





## Prefeitura Municipal da Lapa Estado do Paraná



LEI Nº 1795, DE 05.07.04

BELA E JUSTA  
...03

Art. 5º. - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2005, a serem contemplados na programação orçamentária estão elencados por programas, conforme o Anexo a que se refere o art. 34, desta lei, que trata da especificação das prioridades e metas para o exercício financeiro de 2005.

§ 1º. - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2005 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas no Anexo I desta lei, todavia, não se constituem em limite à programação das despesas.

§ 2º. - Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2005, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, assegurando o equilíbrio entre receitas e despesas.

Art. 6º. - Os recursos ordinários do Tesouro Municipal somente poderão ser programados para atender despesas de capital, depois de atendidas as despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida e outras despesas com custeio administrativo, operacional e precatórios judiciais, bem como contrapartida de programas financiados e aprovados por lei municipal.

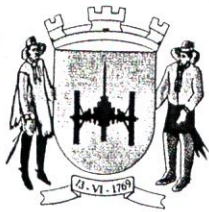
### CAPÍTULO III

#### DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 7º. - O projeto de Lei Orçamentária Anual, que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal da Lapa, conforme determina o art. 111, inciso III, da Lei Orgânica do Município da Lapa, constituir-se-á de:

- I - texto de lei;
- II - Demonstrativo da receita e despesa, segundo as categorias econômicas;
- III - Demonstrativo da receita, segundo as categorias econômicas;
- IV - Demonstrativo da natureza da despesa;
- V - Programa de trabalho do governo;
- VI - Programa de trabalho do governo - Demonstrativo da despesa por funções, subfunções e programas por projetos, atividades e operações especiais;





# Prefeitura Municipal da Lapa Estado do Paraná



BELA E JUSTA  
...04

LEI Nº 1795, DE 05.07.04

VII - Programa de trabalho do governo – Demonstrativo da despesa por funções, subfunções e programas, conforme o vínculo com os recursos;

VIII – Demonstrativo da despesa por órgão e funções;

IX – Demonstrativo da despesa por elemento de despesa, segundo as unidades orçamentárias;

X – Demonstrativo da despesa por categoria de programação, segundo a classificação institucional, funcional programática, por categorias econômicas, com a caracterização dos objetivos, metas e as respectivas fontes de recursos;

XI – Demonstrativo da receita em conformidade com o disposto no art. 12 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;

XII – Demonstrativo da evolução da despesa realizada por elementos dos dois últimos exercícios, da despesa fixada para o exercício corrente e para os dois exercícios seguintes;

Parágrafo único - Integrarão o Orçamento Fiscal, todos os quadros previstos na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 8º. - O Orçamento Fiscal compreenderá a programação dos Poderes Legislativo e Executivo do município, seus órgãos, da fundação e fundos, instituídos e mantidos pela Administração Pública Municipal.

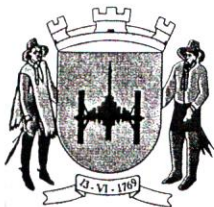
Parágrafo único - O Orçamento Fiscal, compreende ainda, a programação do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município da Lapa, instituído pela Administração Pública Municipal.

Art. 9º. - A mensagem que encaminhar o projeto de Lei Orçamentária conterá:

I - Quadro demonstrativo da receita dos exercícios de 2001, 2002 e 2003, e da receita prevista para 2004, 2005, 2006 e 2007, com a devida justificativa da estimativa para o exercício financeiro de 2005, acompanhado da metodologia e memória de cálculo e das premissas utilizadas;

II – Quadro demonstrativo da despesa ao nível de elemento, referentes aos exercícios financeiros de 2001, 2002 e 2003, e da despesa fixada para o exercício financeiro de 2004 e 2005 e a despesa projetada para 2006 e 2007;





## Prefeitura Municipal da Lapa Estado do Paraná



BELA E JUSTA  
...05

LEI Nº 1795, DE 05.07.04

III – Demonstrativo da dívida fundada por contrato, identificando os credores, bem como o saldo em 31/12/03 e os desembolsos previstos para os exercícios financeiros de 2004, 2005, 2006 e 2007;

IV – Demonstrativo da dívida fluante, identificando as contas e saldos no último dia do mês imediatamente anterior ao da remessa do Projeto de Lei Orçamentária à apreciação do Poder Legislativo;

V – Demonstrativo da composição do ativo financeiro referente ao dia 31 de julho de 2004;

VI – Demonstrativo dos tributos lançados e não arrecadados nos exercícios de 1998 a 2003, relatando as providências adotadas para sua efetiva cobrança;

VII – Justificativa sobre as estimativas de renúncia de receita para o exercício financeiro de 2005, se houver;

VIII – Demonstrativo das receitas correntes líquidas dos exercícios de 2002, 2003 e da projeção para os exercícios de 2004, 2005 e 2006;

IX – Demonstrativo das despesas com pessoal dos exercícios de 2002 e 2003 e da projeção para 2004, 2005 e 2006, discriminando o percentual de comprometimento em razão da receita corrente líquida;

X – Demonstrativo das despesas com serviços de terceiros dos exercícios de 2002 e 2003 e da projeção para 2004 e 2005, discriminando o percentual de comprometimento em razão da receita corrente líquida;

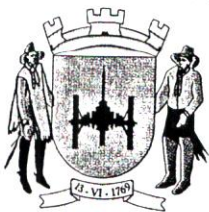
XI – Demonstrativo dos contratos de terceirização de mão-de-obra, referente à substituição de servidores sujeitos a contabilização em "outras despesas de pessoal";

XII – Demonstrativo da despesa por unidade orçamentária e sua evolução nos exercícios de 2002, 2003, 2004 e 2005;

XIII – Demonstrativo dos recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino e a respectiva programação de aplicação referentes aos exercícios de 2002, 2003 e da projeção para 2004 e 2005;

XIV – Demonstrativo dos recursos destinados à saúde e a respectiva programação de aplicação, referentes aos exercícios de 2002, 2003 e da projeção para 2004 e 2005;





# Prefeitura Municipal da Lapa Estado do Paraná



BELA E JUSTA

...06

LEI Nº 1795, DE 05.07.04

XV - Demonstrativo de compatibilidade da programação do orçamento do exercício de 2005, com os objetivos e metas constantes do Anexo de Metas Fiscais;

XVI – Demonstrativo das medidas de compensação de renúncia de receita e/ou aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, se houver;

XVII – Demonstrativo da aplicação das receitas de alienações e de operações de crédito.

## CAPÍTULO IV

### DAS DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

#### E SUAS ALTERAÇÕES

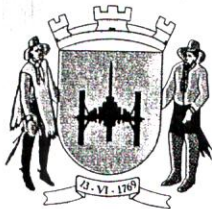
Art. 10 - O projeto de Lei Orçamentária será apresentado com valores correntes estimados até o mês de dezembro de 2004, com base na previsão do Índice de Preços ao Consumidor – IPC, da Fundação Getúlio Vargas, ou outro que vier substituí-lo.

Art. 11 - No decorrer da execução orçamentária, os quantitativos orçamentários poderão ser atualizados mensalmente, por ato do Poder Executivo, tomando por base o Índice de Preços ao Consumidor – IPC, da Fundação Getúlio Vargas, ou outro índice que vier substituí-lo.

Parágrafo Único. - No caso de extinção e sem substituição do índice expresso no caput deste artigo, o Poder Executivo adotará o índice que tiver base de cálculo mais próxima desse.

Art. 12 - O estudo para definição do orçamento da receita para o exercício financeiro de 2005, observará as alterações da legislação tributária, os incentivos fiscais autorizados, a expectativa de inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios.





## Prefeitura Municipal da Lapa Estado do Paraná



BELA E JUSTA  
...07

LEI Nº 1795, DE 05.07.04

Art. 13 - A Despesa será programada de acordo com as seguintes prioridades:

- I - custeio administrativo e operacional, inclusive pessoal e encargos sociais;
- II - pagamento de amortizações, juros e encargos da dívida;
- III - contrapartida das Operações de Crédito;
- IV - recursos para projetos iniciados em anos anteriores.

Parágrafo único - Somente depois de atendidas as prioridades elencadas acima, poderão ser programados recursos para atender novos investimentos.

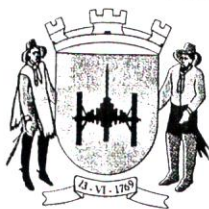
Art. 14 - Somente serão destinados recursos através do projeto de Lei Orçamentária, a título de subvenção social, às entidades nas áreas de educação, saúde e assistência social, para atender despesas de custeio, conforme dispõe o art. 12, § 3º, e arts. 16 e 17, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 15 - As despesas com a manutenção e o desenvolvimento do ensino, observarão o limite mínimo fixado no artigo 212, da Constituição Federal do Brasil.

Art. 16 - As despesas com ações e serviços públicos de saúde, observarão o limite mínimo estabelecido pela Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000.

Art. 17 - O orçamento da administração direta, obrigatoriamente deverá destinar recursos ao pagamento dos serviços da dívida municipal e ao cumprimento do que dispõe o art. 100, da Constituição Federal.

Art. 18 - A proposta orçamentária do Poder Legislativo deverá ser elaborada pela Câmara Municipal e encaminhada ao Poder Executivo até 10 de agosto de 2004.



# Prefeitura Municipal da Lapa Estado do Paraná



BELA E JUSTA

...08

LEI Nº 1795, DE 05.07.04

Art. 19 - O Poder Executivo Municipal elaborará em até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação de desembolso mensal para cada uma das unidades orçamentárias.

Art. 20 - Os projetos, atividades e programas com dotações vinculadas a recursos de convênios e de operações de crédito, somente serão executados havendo o efetivo ingresso da correspondente receita transferida.

Art. 21 - Na fixação das despesas de capital, visando a criação, expansão ou aperfeiçoamento dos serviços já criados e implantados, serão consideradas as prioridades e metas estabelecidas nesta lei.

Art. 22 - Para efeito de compatibilização da Lei de Diretrizes Orçamentárias com a Lei Municipal nº 1.598, de 28 de dezembro de 2001 - Plano Plurianual, serão consideradas as prioridades e metas constantes da presente lei.

Art. 23 - Não será admitido aumento do valor global dos projetos de lei de orçamento e de créditos adicionais, em observância ao disposto no inciso I do art. 63, combinados com § 3º do art. 166, ambos da Constituição Federal.

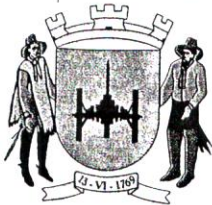
## CAPÍTULO V

### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL

#### E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 24 - As despesas com pessoal e encargos sociais serão fixadas observando-se ao disposto na Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, na Lei Federal nº 9.717, de 27 de novembro de 1998 e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.





## Prefeitura Municipal da Lapa Estado do Paraná



BELA E JUSTA  
...09

LEI Nº 1795, DE 05.07.04

Art. 25 - A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alterações e adaptações de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração municipal, poderão ser levadas a efeito para o exercício financeiro de 2005, observados os limites estabelecidos no artigo anterior, e as disposições contidas no inc. II, art. 37, da Constituição Federal.

Art. 26 - Os contratos de terceirização de mão-de-obra que se referirem à substituição de servidores e empregados públicos, serão contabilizados como outras despesas de pessoal, no subelemento de despesa Serviços de Terceiros e Encargos.

Parágrafo único - Para efeito do disposto neste artigo, entende-se como terceirização de mão-de-obra, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes do Plano de Cargos e Salários da Administração Municipal da Lapa, e que não envolva a utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

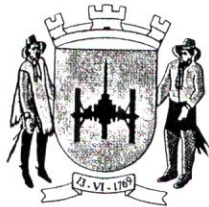
### CAPÍTULO VI

#### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 27 - As fontes de receitas municipais serão objeto de revisão e atualização, para adequação a fatores de ordem conjuntural e social que impliquem na captação de recursos.

Art. 28 - Acréscimos provocados por alterações na legislação tributária após 31 de agosto de 2004, serão apropriados ao orçamento do ano 2005 e poderão ser utilizados para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 29 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita.



# Prefeitura Municipal da Lapa Estado do Paraná



BELA E JUSTA

...10

LEI Nº 1795, DE 05.07.04

Art. 30 - A redução de receita proveniente de condenação ou acordo judicial, referente à Contribuição de Melhoria, não constitui renúncia de receita.

Art. 31 - O Poder Executivo, autorizado por lei específica, poderá conceder benefícios fiscais aos contribuintes, devendo nestes casos, serem considerados seus efeitos nos cálculos da receita, e devendo apresentar estudos do seu impacto orçamentário e financeiro.

Art. 32 - O Município poderá, por iniciativa do Poder Executivo, encaminhar projetos de lei, no corrente exercício, no sentido de criar, rever e atualizar a Legislação Tributária para 2005, objetivando a modernização da máquina fazendária no sentido de aumentar a produtividade.

## CAPÍTULO VII

### AS DISPOSIÇÕES RELATIVAS AO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO E DOS FUNDOS

Art. 33 - A Fundação e os Fundos instituídos e mantidos pelo Município da Lapa terão a gestão orçamentária, contábil e financeira centralizada junto à contabilidade do Município, tendo funcionamento orçamentário e contábil atrelado às Secretarias a que estejam vinculados, nos termos da Lei Municipal nº 1.604, de 14 de março de 2002.

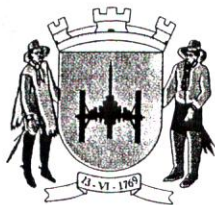
## CAPÍTULO VIII

### DAS DISPOSIÇÕES ESTABELECIDAS PELA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Art. 34 - O Anexo de Metas Fiscais estabelecerá:

- I – Anexo de Prioridades e Metas para o exercício de 2005, – Anexo I;
- II – Evolução da receita por fontes em 2002, 2003 e 2004 e as metas de arrecadação para 2005, 2006 e 2007 - Anexo II;





## Prefeitura Municipal da Lapa Estado do Paraná



BELA E JUSTA  
...11

LEI Nº 1795, DE 05.07.04

III – Evolução da despesa por elemento de gasto em 2002, 2003 e 2004 e as metas para 2005, 2006 e 2007 – Anexo III;

IV - Metas relativas ao resultado primário e nominal do Município para o período de 2005 a 2007 – Anexo IV;

V - Metas relativas ao montante da dívida do Município para o período de 2005 a 2007 – Anexo V;

VI – Avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior – Anexo VI;

Art. 35 - Durante a execução do orçamento no exercício financeiro de 2005, se verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas estabelecidas, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional às suas respectivas dotações orçamentárias, promoverão, por ato próprio a limitação de empenho e movimentação financeira no montante necessário à adequação da despesa a receita efetiva.

Parágrafo único - A limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o caput deste artigo, atingirá as seguintes despesas:

I – eliminação de vantagens concedidas aos servidores;

II – redução de 15% dos gastos com despesas de custeio e manutenção, exceto as despesas de pessoal e seus encargos;

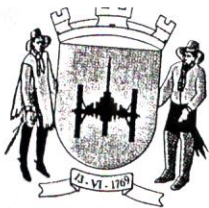
III – redução dos investimentos programados.

Art. 36 - A expansão das despesas obrigatórias, de caráter continuado, não excederão, no exercício financeiro de 2005, a 5% (cinco por cento) da receita corrente líquida apurada no exercício financeiro de 2004.

Art. 37 - O orçamento para o exercício financeiro de 2005, contemplará recursos para a Reserva de Contingência, de até 5% (cinco por cento) do total da receita corrente líquida prevista.

Art. 38 - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município da Lapa, aquelas constantes do Anexo VII.





PREFEITURA MUNICIPAL - 013 N° 795  
**Prefeitura Municipal da Lapa**  
**Estado do Paraná**



CÂMARA MUNICIPAL

LAPA - PR

18

18

LEI N° 1795, DE 05.07.04

...12

§ 1º - O passivo contingente e os riscos e eventos fiscais imprevistos, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da reserva de contingência.

§ 2º - Sendo a reserva de contingência insuficiente, o Poder Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei ao Poder Legislativo, propondo a anulação total ou parcial de recursos alocados para investimentos, desde que não vinculados ou já comprometidos.

§ 3º - Os eventos fiscais imprevistos, se referem às despesas diretamente relacionadas ao custeio e manutenção dos serviços da Administração Municipal, orçadas a menor ou não orçadas.

Art. 39 - São consideradas despesas irrelevantes aquelas decorrentes de novas ações governamentais, cujo impacto orçamentário-financeiro não ultrapasse o valor dispensável de licitação, fixado no inciso I, do art. 24 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 40 - Para efeitos de cumprimento do estabelecido no Parágrafo único, do art. 45 da Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000, os projetos em andamento - 2004, são aqueles constantes do Anexo VIII.

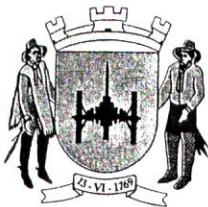
Art. 41 - As despesas de custeio de competência de outros entes da Federação somente serão assumidas pela Administração Municipal, quando estabelecidas através de convênios, acordos ou congênere.

## **CAPÍTULO IX**

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 42 - Os recursos decorrentes de emendas que ficarem sem despesas correspondentes ou alterem os valores da receita orçamentária, poderão ser utilizados mediante créditos suplementar e especial, com prévia e específica autorização legislativa, nos termos do art. 166, § 8º, da Constituição Federal.





## Prefeitura Municipal da Lapa Estado do Paraná



BELA E JUSTA

LEI Nº 1795, DE 05.07.04

...13

Art. 43 - Cabe à Secretaria Municipal de Finanças, a responsabilidade pela coordenação da elaboração orçamentária de que trata esta lei.

Parágrafo único - A Secretaria Municipal de Finanças expedirá norma, dispondo sobre:

- I - o calendário de atividades para elaboração dos orçamentos;
- II - elaboração e distribuição dos quadros que compõem as propostas parciais do orçamento anual dos Poderes Executivo e Legislativo;
- III - instruções para o devido preenchimento das propostas parciais dos orçamentos, de que trata esta lei.

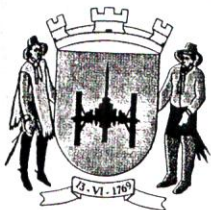
Art. 44 - Os recursos provenientes de convênios, repassados pelo município, deverão ter sua aplicação comprovada através da prestação de contas.

Art. 45 - São vedados quaisquer procedimentos no âmbito dos sistemas orçamentário, financeiro e de contabilidade, pelos ordenadores de despesa, que viabilizem a execução de despesas sem a comprovada e suficiente disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 46 - Se o projeto de Lei Orçamentária Anual não for encaminhado para sanção do Prefeito até o primeiro dia de janeiro do ano 2005, a programação constante do projeto encaminhado pelo Executivo poderá ser executada em cada mês, até o limite de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação, enquanto não se completar o ato sancionatório.

Parágrafo único - Excetua-se do disposto no "caput" deste artigo, podendo realizar gastos em sua totalidade, as despesas correntes nas áreas de educação, saúde e assistência social, bem como as despesas relativas à dívida pública municipal.

Art. 47 - O Poder Executivo, em ação conjunta com o Poder Legislativo, poderá implementar alterações de ordem legislativa que estimulem a geração de empregos e renda ao município.



# Prefeitura Municipal da Lapa

## Estado do Paraná



BELA E JUSTA

LEI Nº 1795, DE 05.07.04

...14

Art. 48 - O Poder Executivo fica autorizado a realizar obras de infraestrutura, visando incentivar a instalação de empreendimentos comerciais, industriais e de serviços, no Município.

Art. 49 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 05 de Julho de 2004.

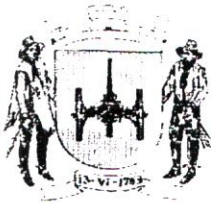
**Paulo César Fiates Furiati**  
Prefeito Municipal





| Programa: 0001 – Programa do Processo Legislativo  | Produto / Unidade de Medida   | Meta                                   |
|--|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>- Manter atualizado a documentação das atividades parlamentares</li> <li>- Adquirir equipamentos de informática</li> <li>- Adquirir mobiliário</li> <li>- Adquirir materiais e demais equipamentos</li> </ul> | atividades legislativas<br>hardware adquiridos / unidade<br>gabinetes mobiliados / unidade<br>materiais e equipamentos adquiridos / unidade | não mensurável<br>05<br>13<br>diversos |

|   |   |   |
|---|---|---|
| <b>Programa:</b> 0002 – Programa do Processo Judiciário   |   |   |
| <b>Objetivos:</b>   | <b>Produto / Unidade de Medida</b>  | <b>Meta</b>   |
| Desenvolver ações na defesa e acompanhamento dos interesses do Poder Público no processo judiciário a cargo da Procuradoria Geral do Município.   |   |   |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>- Defender os interesses do Município, assessorando juridicamente os órgãos da Administração Municipal</li> <li>- Analisar, ajuizar e defender ações judiciais, emitindo pareceres jurídicos</li> <li>- Proceder à inscrição e cobrança da dívida ativa do Município</li> <li>- Acompanhar ações de desapropriações judiciais e extra-judiciais</li> <li>- Proceder às desapropriações necessárias para revitalização do Parque do Monge</li> <li>- Acompanhar os processos administrativos</li> <li>- Promover a cobrança judicial da dívida ativa</li> <li>- Promover assistência jurídica às pessoas carentes</li> <li>- Instaurar processos administrativos disciplinares</li> </ul> | <p>atividades administrativas<br/>atividades administrativas<br/>atividades administrativas, jurídicas e financeiras<br/>atividades administrativas, jurídicas e financeiras</p> <p>atividades administrativas, jurídicas e financeiras<br/>atividades administrativas<br/>atividades administrativas, jurídicas e financeiras<br/>pessoas assistidas / unidade<br/>processos instaurados / unidade</p> | <p>não mensurável<br/>não mensurável<br/>não mensurável<br/>não mensurável</p> <p>não mensurável<br/>não mensurável<br/>não mensurável<br/>200<br/>20</p> |



LEI Nº 1518, DE 25 DE JANEIRO DE 2001

Súmula: Estabelece os cargos de provimento em comissão do Poder Executivo Municipal da Lapa, Estado do Paraná, a partir de 01 de janeiro de 2001, e da outras providências.

A Câmara Municipal da Lapa, Estado do Paraná, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º - São cargos de provimento em comissão, a partir de 01 de janeiro de 2001, os mantidos, criados ou transformados por esta Lei, constantes do anexo I.

Art. 2º - Os cargos de provimento em comissão são de livre nomeação e exoneração do Prefeito Municipal, e serão ocupados por pessoas que possuam experiência administrativa e/ou habilitação profissional específica, oriundas da iniciativa privada ou pública.


Art. 3º - Os valores mensais para os símbolos dos cargos de provimento em comissão são os constantes do anexo II.

Art. 4º - Os cargos de provimento em comissão previstos na presente Lei terão os mesmos índices de aumento concedidos ao funcionalismo público municipal.

Art. 5º - Os cargos de provimento em comissão serão providos de acordo com as necessidades e conveniências da administração municipal, e a medida que forem instalados os respectivos órgãos administrativos.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Lapa, em 25 de janeiro de 2001

  
Paulo César Furiatti  
Prefeito Municipal





Parte Integrante da Lei nº 1518, de 25 de Janeiro de 2001

...02

## ANEXO I

| CARGO/DENOMINAÇÃO                  | Nº VAGAS | SIMBOLOGIA |
|------------------------------------|----------|------------|
| Secretário Municipal               | 04       | CC-1       |
| Procurador                         | 01       | CC-1       |
| Assessor Técnico em Saúde          | 01       | CC-2       |
| Assessor Jurídico                  | 02       | CC-2       |
| Assessor de Engenharia             | 01       | CC-2       |
| Assessor de Comunicação            | 01       | CC-3       |
| Assessor de Transporte Rodoviário  | 01       | CC-3       |
| Diretor de Departamento            | 06       | CC-3       |
| Gerente do CAIC                    | 01       | CC-3       |
| Assistente de Gabinete             | 03       | CC-4       |
| Administrador do Parque de Eventos | 01       | CC-4       |
| Assessor Especial de Secretaria    | 06       | CC-4       |
| Gerente do Terminal Rodoviário     | 01       | CC-5       |
| Assistente de Secretaria           | 04       | CC-5       |
| Auxiliar de Gerência               | 12       | CC-6       |

Edifício da Prefeitura Municipal de Lapa, em 25 de janeiro de 2001

  
Paulo Cesar Fialles Furlatti  
Prefeito Municipal



Parte Integrante da Lei nº 1518, de 25 de Janeiro de 2001

...03

ANEXO II

| SIMBOLOGIA | VALOR        |
|------------|--------------|
| CC-1       | R\$ 1.650,00 |
| CC-2       | R\$ 800,00   |
| CC-3       | R\$ 650,00   |
| CC-4       | R\$ 450,00   |
| CC-5       | R\$ 300,00   |
| CC-6       | R\$ 200,00   |

Edifício da Prefeitura Municipal de Lapa, em 25 de janeiro de 2001

Paulo César Feres Furiatti  
Prefeito Municipal





**LEI Nº 1521, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2001**

**Súmula:** Dispõe sobre a estrutura administrativa da Prefeitura da Lapa, e da outras providências.

A Câmara Municipal de Lapa, Estado do Paraná, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

**TÍTULO I**

**DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA**

**Art. 1º** - As unidades administrativas que integram a estrutura da Prefeitura da Lapa, passam a ter nova composição e denominação, na forma disposta nesta Lei.

**Art. 2º** - A estrutura administrativa do Poder Executivo do Município da Lapa será constituída dos seguintes órgãos:

**I) - ÓRGÃOS DE ACONSELHAMENTO:**

- a) Conselho Consultivo;
- b) Conselhos Municipais.

**II) - ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO:**

- a) Assistência de Gabinete;
- b) Procuradoria Geral:
  - 1. Assessoria Jurídica;
- c) Assessoria Técnica em Saúde;
- d) Assessoria de Engenharia;
- e) Assessoria de Comunicação;
- f) Assessoria de Transporte Rodoviário;
- g) Assessoria Especial de Secretaria;
- h) Assistência de Secretaria;
- i) Auxílio à Gerência;
- j) Controladoria.



LEI Nº 1521, DE 22.02.01

...02

**III - ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL:**

- a) Secretaria de Administração e Planejamento;
- b) Secretaria de Finanças.

**IV - ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO ESPECÍFICA:**

- a) Secretaria de Serviços Públicos de Saúde e Ação Social, Educação, Cultura, Viação, Obras e Urbanismo, Esporte e Lazer;
- b) Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo;
- c) Gerências.

**V - ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO INDIRETA:**

a) Fundações Públicas:

- 1) Fundação Municipal do Esporte.

b) Sociedades de Economia Mista:

- 1) COMLAPA – Companhia de Desenvolvimento da Lapa.

§ 1º. O CONSELHO CONSULTIVO, a ser criado, regulamentado e constituído por decreto, subordina-se por linha de autoridade de coordenação ao Prefeito Municipal.

§ 2º. Os CONSELHOS MUNICIPAIS, criados por leis específicas, se subordinarão por linha de autoridade de coordenação a cada Secretário atinente a sua área de atuação.

§ 3º. Os órgãos de ASSESSORIA DE ENGENHARIA, ASSESSORIA TÉCNICO EM SAÚDE, ASSESSORIA DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO, ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO, ASSISTENTE DE GABINETE, CONTROLADORIA E PROCURADORIA GERAL, subordinam-se por linha de autoridade integral ao Prefeito Municipal.

§ 4º. A Assessoria Jurídica subordina-se por linha de autoridade integral à PROCURADORIA GERAL.





LEI Nº 1521, DE 22.02.01

...03

§ 5º. A ASSESSORIA ESPECIAL DE SECRETARIA, ASSISTENTE DE SECRETARIA E ASSISTENTE DE GERÊNCIA ficam subordinados por linha de autoridade integral, respectivamente, aos Secretários Municipais e as Gerências na forma disposta nesta Lei.

§ 6º. As Gerências ficam subordinadas por linha de autoridade integral aos Secretários Municipais na forma disposta nesta Lei.

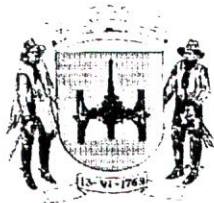
Art. 3º - Além das Secretarias referidas no artigo anterior, o Prefeito Municipal, poderá instalar mediante Decreto, até 02 (duas) SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NATUREZA EXTRAORDINÁRIA, para tratar de assuntos ou programas de importância ou duração transitória.

§ 1º. Fica o Poder Executivo autorizado, quando criada a Secretaria de Natureza Extraordinária, a nomear o seu titular em cargo em confiança do quadro próprio efetivo ou cargo em comissão símbolo CC 1.

§ 2º. O ato de instalação da SECRETARIA DE NATUREZA EXTRAORDINÁRIA, indicará a duração estimada da missão a ser cumprida, os meios administrativos a ser usados, e conforme o caso, as unidades administrativas que devam ser temporariamente vinculadas ao novo órgão.

Art. 4º - O Prefeito Municipal, poderá instituir programas especiais e específicos, que não estejam incluídos na área de competência definida nesta Lei, quando alguma situação de relevância indicar.

Art. 5º - Nas áreas assistidas pelo Estado ou pela União, o Município atuará de forma supletiva, mobilizando os recursos materiais, humanos e financeiros necessários para atingir os resultados necessários.



LEI Nº 1521, DE 22.02.01

...04

**TÍTULO II**  
**DOS CARGOS E FUNÇÕES**

**Art. 6º** - A estrutura organizacional e funcional da Administração, atendidas as suas peculiaridades, poderá compreender unidades administrativas dos seguintes níveis:

I- Nível de Direção Superior, representando pelos **Secretários Municipais**, com funções relativas à liderança, articulação e controle de resultados da área de atividades;

II- Nível de assessoramento, representado por:

a) PROCURADOR GERAL:

1. Assessor Jurídico;

b) ASSESSOR DE ENGENHARIA;

c) ASSESSOR TÉCNICO EM SAÚDE;

d) ASSESSOR DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO;

e) ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO;

f) ASSISTENTE DE GABINETE;

g) CONTROLADORIA;

h) ASSESSOR DE SECRETARIA;

i) ASSISTENTE DE SECRETARIA;

j) AUXILIARES DE GERENCIA.

III. Nível de atuação programática, com funções de desenvolvimento de programas e projetos de caráter permanente ou transitório, inerentes à finalidade do órgão que será representado por:

a) CARGO DE DIRETOR EM COMISSÃO;

b) CARGO EM CONFIANÇA DE FUNCIONÁRIO EFETIVO;

c) CARGO DE DIRETOR DE ESCOLA.





LEI Nº 1521, DE 22.02.01

...05

IV. Nível de Gerência, representado pelos Gerentes, que pelas características da função exigem tratamento diferenciado:

- a) GERENTE DO CAIC;
- b) GERENTE DO TERMINAL RODOVIÁRIO;
- c) GERENTE DO PARQUE DE EXPOSIÇÃO E EVENTOS.

V. Nível de atuação operacional, com funções de coordenação de operacionalização das atividades inerentes a sua área de atuação, correspondente ao grau de complexidade, respectivamente:

- a) Chefe de Divisão;
- b) Chefe de Serviço;
- c) Chefe de Seção;
- d) Secretária de Escola.

§ 1º. O disposto neste artigo, não se aplica às Secretarias Municipais de Natureza Extraordinária.

§ 2º. Os cargos de DIRETOR E SECRETÁRIO DE ESCOLA terão suas regras de atuação e percepção de vantagens de acordo com o Estatuto do Magistério do Município, Lei Municipal nº 1405, de 30.06.1998.

### TÍTULO III

#### DA COMPOSIÇÃO E COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS DA PREFEITURA

### CAPÍTULO I

#### DOS ÓRGÃOS DE ACONSELHAMENTO

Art. 7º - Os órgãos de aconselhamento, suas atividades e competências, serão definidos por regimento interno próprio de cada conselho, que será aprovado pelos seus membros e decretados pelo Executivo Municipal, conforme as diretrizes da Lei de criação de tais Conselhos.



COMISSÃO MUNICIPAL  
LAPA - PR  
PLS. Nº 30  
M/10

LEI Nº 1521, DE 22.02.01

...06

**Art. 8º** - Os Conselhos Municipais serão compostos na forma que a Lei determinar, nomeados pelo Prefeito nos casos de subordinação direta e pelos Secretários de suas respectivas áreas.

**Art. 9º** - Cada Conselho será presidido, preferencialmente, pelo Secretario Municipal a que está subordinado.

**Art. 10** - Cada Conselho, terá um Secretario Executivo, escolhido entre seus membros, ou entre os funcionários da Prefeitura Municipal.

**Art. 11** - O mandato dos Conselheiros será exercido gratuitamente, e seus serviços serão considerados relevantes, ressalvados os casos previstos em Lei específica.

## CAPITULO II DOS ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO

### SEÇÃO PRIMEIRA ASSISTÊNCIA DE GABINETE

**Art. 12** - Compete à Assistência de Gabinete:

- I. a coordenação dos serviços de Gabinete do Prefeito;
- II. a cordial recepção dos munícipes, entidades e associações ao Gabinete;
- III. assessoramento ao Prefeito em suas relações públicas e funções sociais;
- IV. o atendimento e encaminhamento das solicitações recebidas pelo Gabinete e o desempenho de outras tarefas correlatas, determinadas pelo Prefeito Municipal.

### SEÇÃO SEGUNDA PROCURADORIA GERAL

**Art. 13** - A Procuradoria Geral é órgão de assessoramento diretamente vinculado ao chefe do poder executivo.





LEI Nº 1521, DE 22.02.01

...07

**Art. 14** – São atribuições do Procurador Geral:

- I. a representação e defesa judicial e extrajudicial dos interesses do Município em qualquer foro ou instância;
- II. outras atividades jurídicas delegadas pelo Prefeito;
- III. o assessoramento às unidades do Município em assuntos de natureza jurídica;
- IV. emitir parecer jurídico sobre assuntos e matérias submetidos ao seu exame, examinar e aprovar as minutas de contratos, convênios ou ajustes, aprovar minutas de escrituras, bem como, acompanhar a lavratura e o registro das mesmas, nos quais o Município seja parte;
- V. aprovar minutas de projetos de lei e decreto;
- VI. analisar a legalidade das doações feitas e recebidas pelo Município;
- VII. cobrança da Dívida Ativa;
- VIII. acompanhar sindicâncias e processos administrativos;
- IX. o exercício das atividades concernentes ao sistema de assessoramento jurídico;
- X. atuar em conjunto com o Prefeito, na defesa dos princípios da legalidade, legitimidade, impessoalidade, moralidade, economicidade, publicidade administrativa e eficiência;
- XI. emitir relatórios sobre eventuais atos ou fatos ilícitos que tenham a participação de servidores públicos municipais ou das fundações e autarquias;
- XII. desempenhar outras atividades correlatas com sua área de atuação.

§ 1º. A Assessoria Jurídica é parte integrante da Estrutura da Procuradoria Geral.

§ 2º. Os advogados pertencentes ao quadro efetivo do Município e assessores jurídicos ficarão subordinados ao Procurador Geral, cabendo-lhes por delegação:

- I. A Assessoria Jurídica compete assessorar o Procurador Geral e os Órgãos da Prefeitura nos assuntos de natureza Jurídica submetido à sua apreciação;
- II. opinar sobre projetos de lei a serem encaminhados ao Legislativo Municipal;
- III. elaborar minutas de contratos; convênios e outros a serem firmados, nos quais a municipalidade seja parte interessada;
- IV. proceder à cobrança pelas vias judiciais ou extrajudiciais da dívida ativa;



LEI Nº 1521, DE 22.02.01

...08

V. atender consultas de ordem jurídica que lhe forem encaminhadas pelo Prefeito Municipal ou pelos Secretários, emitindo pareceres a respeito, quando for o caso;

VI. representar o Município em Juízo ou fora dele, nas ações em que este for parte interessada;

VII. exercer outras atividades correlatas.

### SEÇÃO TERCEIRA ASSESSORIA TÉCNICA EM SAÚDE

**Art. 15** - Compete à Assessoria Técnica em Saúde:

I. o planejamento e a organização do sistema municipal de saúde, mediante a elaboração e coordenação e acompanhamento da execução de projetos, programas e planos de Governo Municipal, na coordenação da proposta orçamentária em articulação com a Secretaria de Serviços Públicos;

II. a promoção de normas e medidas de interesse do sistema de saúde municipal;

III. desempenhar outras atividades correlatas determinadas pelo Prefeito Municipal.

### SEÇÃO QUARTA ASSESSORIA DE ENGENHARIA

**Art. 16** - Compete à Assessoria de Engenharia:

I. o planejamento e a organização do sistema municipal de obras e serviços de engenharia, mediante a elaboração e coordenação e acompanhamento da execução de projetos, programas e planos de Governo Municipal, na coordenação da proposta orçamentária em articulação com a Secretaria de Serviços Públicos;

II. a promoção de normas e medidas de interesse dos serviços que englobem obras de engenharia em seus diversos ramos;

III. desempenhar outras atividades correlatas determinadas pelo Prefeito Municipal.





LEI Nº 1521, DE 22.02.01

...09

**SEÇÃO QUINTA**  
**ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO**

**Art. 17** - Compete à Assessoria de Comunicação:

- I. promover o relacionamento entre a Municipalidade, imprensa e opinião pública, visando a divulgação das atividades administrativas da Prefeitura e outras que sejam de interesse público;
- II. coordenar as entrevistas do Prefeito e Secretários Municipais;
- III. manter um sistema de informação sobre os noticiários de interesse político, administrativo e financeiro;
- IV. divulgar, distribuir e dinamizar os atos oficiais do município;
- V. coordenar campanhas publicitárias de interesse público;
- VI. coordenar agências de publicidade que porventura prestem serviços a Municipalidade;
- VII. desempenhar outras atividades correlatas determinadas pelo Prefeito Municipal.

**SEÇÃO SEXTA**  
**ASSESSORIA DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO**

**Art. 18** - Compete à Assessoria de Transporte Rodoviário:

- I. pesquisar, planejar, orientar, fiscalizar, coordenar e executar medidas que garantam a melhoria, baixo custo e qualidade do transporte rodoviário do Município;
- II. promover ações para contratações de veículos, máquinas e equipamentos rodoviários, que vierem a prestar serviço ao município, mediante processo licitatório, se for o caso, a ser executado pela Secretaria de Administração e Planejamento;
- III. coletar preços relativos ao custo operacional;
- IV. acompanhar e avaliar o desempenho dos serviços de transportes do Município;
- V. executar outras tarefas correlatas determinadas pelo Prefeito Municipal.



LEI Nº 1521, DE 22.02.01

...10

## SEÇÃO SÉTIMA

### ASSESSORIA ESPECIAL DE SECRETARIA

**Art. 19** - Compete à Assessoria Especial de Secretaria:

- I. o desenvolvimento de atividades de interesse do município;
- II. auxiliar na elaboração de medidas normativas gerais e específicas;
- III. promoção de projetos e programas administrativos;
- IV. o desenvolvimento de ações e articulações com os diversos setores que fazem parte da Secretaria e dos órgãos a que está diretamente vinculado;
- V. desempenhar outras atividades correlatas determinadas pela necessidade do Secretário Municipal a que estiver vinculado diretamente.

## SEÇÃO OITAVA

### ASSISTÊNCIA DE SECRETARIA

**Art. 20** - Compete à Assistência de Secretaria:

- I. preparar e providenciar a expedição de ofícios, circulares, decretos, portarias, editais, instruções e recomendações emanadas do Chefe do Executivo e dos Secretários Municipais, ou seja, do órgão público municipal;
- II. atender e encaminhar as pessoas que procuram os Secretários para solução de problemas ou reivindicações;
- III. incumbir-se da correspondência dos Secretários;
- IV. desempenhar outras tarefas correlatas, determinadas pelo Chefe do Executivo e do Secretário Municipal a que estiver vinculado diretamente.

## SEÇÃO NONA

### AUXÍLIO À GERÊNCIA

**Art. 21** - Compete ao Auxiliar de Gerência:

- I. auxiliar, executar e fazer cumprir as determinações emanadas do Chefe do Executivo, dos Secretários Municipais, dos Gerentes de suas respectivas áreas e as atribuições que estes lhe forem determinadas;





LEI Nº 1521, DE 22.02.01

...11

II. executar outras tarefas correlatas determinadas pelos Secretários Municipais a que estiverem vinculados diretamente e pelo Prefeito Municipal.

### SEÇÃO DÉCIMA CONTROLADORIA

**Art.22** - Compete à Controladoria:

- I. acompanhar e controlar o planejamento e as execuções dos projetos;
- II. cumprir o compromisso ético de discutir com transparência os vários cenários e cada etapa dos projetos;
- III. analisar e emitir pareceres dos relatórios periódicos;
- IV. o acesso direto às informações que permitam o acompanhamento ou participação dos vários segmentos na definição de políticas e ações postas em curso;
- V. o acesso direto às informações para agilização ou sugestões para melhorias na prestação de serviços;
- VI. auxiliar a máquina administrativa para dimensionar e fiscalizar seus projetos;
- VII. executar outras tarefas correlatas determinadas pelo Prefeito Municipal.

### CAPITULO III DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

#### SEÇÃO PRIMEIRA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

**Art. 23** - Compete à Secretaria de Administração e Planejamento:

- I. executar atividades relativas a expediente, planejamento operacional dos serviços gerais, documentação, elaboração de relatórios periódicos das atividades de controle, arquivo e protocolo, ao recrutamento, seleção, treinamento, regime jurídico, planos de carreira, controle funcional e demais atividades de pessoal;
- II. a padronização, aquisição, guarda, distribuição e controle de todo o material utilizado pela Prefeitura;



LEI Nº 1521, DE 22.02.01

...12

III. a realização de licitações, compras e controle do almoxarifado, do patrimônio, inventários, registros, proteção e conservação de bens móveis e imóveis do município;

IV. a coordenação dos pedidos para manutenção de veículos leves e pesados e equipamentos;

V. a instauração de sindicâncias e processos administrativos;

VI. os serviços em geral ou atividades correlatas.

**Art. 24** - A Secretaria de Administração e Planejamento é integrada pelos seguintes órgãos, imediatamente subordinados aos respectivos responsáveis:

I. Departamento de Recursos Humanos:

- a) Divisão de Folha de Pagamento;
- b) Setor de Controle Funcional.

II. Departamento de Suprimento:

- a) Divisão de Almoxarifado.

III. Departamento de Serviços Gerais

- a) Divisão de Parques, Praças e Ruas;
- b) Divisão de Protocolo e Serviços Telefônicos;
- c) Divisão de Conservação e Vigilância de Próprios;
- d) Setor de Manutenção de Cemitérios;
- e) Divisão de Produção Alimentar;
- f) Divisão de Orçamento, Planejamento e Convênios e Contratos.

IV. Departamento de Patrimônio.

V. Departamento de Planejamento e Informática:

- a) Divisão de Manutenção de Hardware;
- b) Divisão de Manutenção de Software;
- c) Divisão de convênios e Planejamento.





LEI Nº 1521, DE 22.02.01

...13

- VI. Departamento de Controle e Manutenção de Veículos:
- a) Divisão de Mecânica Leve;
  - b) Divisão de Mecânica Pesada;
  - c) Divisão de Central de Ambulância

**SEÇÃO SEGUNDA**  
**SECRETARIA DE FINANÇAS**

**Art. 25** - Compete à Secretaria de Finanças:

- I. o planejamento operacional e a execução da política econômica, tributária, e financeira do Município, bem como as relações com os contribuintes;
- II. o assessoramento às unidades do Município em assuntos de finanças;
- III. a gestão da Legislação tributária e financeira do Município;
- IV. a inscrição e cadastramento dos contribuintes bem como a orientação dos mesmos;
- V. o lançamento, a arrecadação e a fiscalização dos tributos devidos ao Município, bem como, a inscrição da dívida ativa;
- VI. a guarda e movimentação de valores;
- VII. a elaboração, execução e acompanhamento no Plano Plurianual, Das Diretrizes Orçamentárias e Orçamento Anual;
- VIII. a programação de desembolso financeiro;
- IX. o empenho, a liquidação e o pagamento das despesas, a elaboração de balancetes, demonstrativos e balanços, bem como, a publicação dos informativos financeiros determinados pela Constituição Federal;
- X. a prestação anual de contas e o cumprimento das exigências do controle externo;
- XI. os registros e controle contábil;
- XII. a análise, controle e acompanhamento dos custos dos programas de atividades dos órgãos da Administração;
- XIII. a análise da conveniência da criação e extinção de fundos especiais;
- XIV. o controle e a fiscalização da sua gestão;
- XV. a supervisão dos investimentos públicos, bem como, o controle dos investimentos e da capacidade de endividamento do Município;



LEI Nº 1521, DE 22.02.01

...14

XVI. a contratação de auditoria externa, para análise das contas municipais e outras atividades correlatas.

**Art. 26** - A Secretaria de Finanças compõe-se dos seguintes órgãos, imediatamente subordinados aos respectivos responsáveis:

- I. Departamento de Tesouraria.
- II. Departamento de Cadastro, Tributação e Fiscalização:
  - a) Divisão de Fiscalização, Obras e Posturas;
  - b) Divisão de Permissão e Concessão;
  - c) Incra.
- II. Departamento de Contabilidade e Orçamento.

#### CAPITULO IV DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO ESPECÍFICA

##### SEÇÃO PRIMEIRA SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO, CULTURA, VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO, ESPORTE E LAZER.

**Art. 27** - Compete à Secretaria de Serviços Públicos de Saúde e Ação Social, Educação, Cultura, Viação, Obras e Urbanismo, Esporte e Lazer:

- I. a execução das atividades relativas a elaboração de projetos de engenharia civil;
- II. a construção e conservação de obras públicas municipais;
- III. fiscalizar e licenciar obras particulares, zelando pelo cumprimento e observância do código municipal de obras e outros dispositivos legais pertinentes à matéria;
- IV. a abertura de novas artérias e pavimentações de ruas e logradouros públicos;
- V. a construção e manutenção de estradas e caminhos integrantes do sistema rodoviário do município;



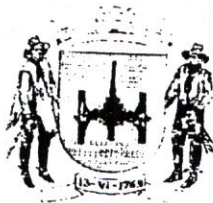


LEI Nº 1521, DE 22.02.01

...15

- VI. a execução do plano rodoviário municipal;
- VII. o acompanhamento da implantação de normas de urbanismo, segundo os planos e projetos aprovados;
- VIII. a administração do terminal rodoviário;
- IX. executar as atividades relativas aos assuntos educacionais;
- X. a instalação e manutenção de estabelecimentos municipais de ensino;
- XI. o planejamento, organização, administração, orientação, acompanhamento, controle e avaliação do sistema educacional, em consonância com o sistema Estadual e Federal de educação;
- XII. a promoção da educação básica, compreendendo as modalidades de educação infantil, de zero a seis anos e, ensino fundamental, de primeira a quarta séries, à população do município;
- XIII. o combate ao analfabetismo;
- XIV. a promoção de programas de orientação pedagógica, objetivando aperfeiçoar o professorado municipal, dentro das diversas especialidades, buscando aprimorar a qualidade de ensino;
- XV. o controle e fiscalização dos serviços à alimentação escolar;
- XVI. a elaboração do calendário escolar, providenciando o seu fornecimento às unidades escolares, zelando pelo seu cumprimento;
- XVII. desenvolver atividades que visem a parceria entre pais, comunidade e escola;
- XVIII. desenvolver atividades e as práticas relativas às atividades culturais, esportivas e recreativas no município, visando a integração social e o desenvolvimento psicomotor das crianças e dos adolescentes;
- XIX. a instalação e manutenção de estabelecimento de cultura;
- XX. desenvolver atividades de preservação do patrimônio cultural, artístico e histórico do município;
- XXI. manter intercâmbio com outras entidades públicas ou particulares;
- XXII. proporcionar eventos culturais e desportivos que visem a integração social da comunidade;
- XXIII. administrar os estabelecimentos municipais de prática desportiva;
- XXIV. a responsabilidade pela execução política municipal de saúde, prestando assistência médico-hospitalar à população do município;





ANO XL - BOLETIM OFICIAL - 018 - Nº 710  
*Prefeitura Municipal da Lapa*  
*Estado do Paraná*



LEI Nº 1521, DE 22.02.01

...16

- XXV. o encaminhamento a posto de saúde, hospitais e outros serviços de atendimento médico às pessoas necessitadas de internamento;
- XXVI. a fiscalização sanitária, em conformidade com a legislação vigente;
- XXVII. recomendar as medidas necessárias ao saneamento de áreas insalubres, prestar socorro médico urgente;
- XXVIII. administrar hospitais, postos de saúde e outros estabelecimentos de atendimento médico do município;
- XXIX. executar atendimento odontológico curativo e preventivo, notadamente na população infantil;
- XXX. manter convênios e executar programas dentro do sistema universalizado e descentralizado de saúde (sistema único de saúde) e, outros que venham a substituí-lo;
- XXXI. pesquisar, planejar, orientar, fiscalizar, coordenar e executar medidas que visem promoção, preservação e recuperação da saúde da população do município;
- XXXII. responsabilidade pela política de assistência social, prestando assistência a população do município;
- XXXIII. coordenar os programas que visem o bem estar da população;
- XXXIV. promover o levantamento de recursos da comunidade que possam ser utilizados no socorro e assistência aos necessitados;
- XXXV. fiscalizar a aplicação e auxílios e subvenções do orçamento do município para entidades de assistência social;
- XXXVI. instituir e executar, em convênios com entidades estaduais e federais, programas que visem o bem estar da coletividade;
- XXXVII. realizar estudos sobre os problemas de assistência social, promoção humana e integração da sociedade;
- XXXVIII. executar atendimento à criança, ao adolescente, ao deficiente e aos idosos, de acordo com as necessidades dos diferentes grupos e situações;
- XXXIX. elaborar cadastro de atendimento a carentes;
- XL. desenvolver ações no sentido de regularização de documentos (registros, certidões, atestados, etc.) de pessoas desprovidas de recursos;
- XLI. planejar e participar de ação conjunta no sentido de coordenar a política habitacional do município;
- XLII. cuidar da execução de outras tarefas ou atividades correlatas determinadas pelo Prefeito Municipal.





LEI Nº 1521, DE 22.02.01

...17

**Art. 28** - A Secretaria de Serviços Públicos de Saúde e Ação Social, Educação, Cultura, Viação, Obras e Urbanismo, Esporte e Lazer é integrada pelas seguintes unidades administrativas, imediatamente subordinadas aos respectivos responsáveis:

I. Departamento de Viação, Obras e Urbanismo:

- a) Divisão de Obras Públicas;
- b) Administração do Terminal Rodoviário;
- c) Divisão de Estradas Rurais.

II. Departamento de Saúde e Ação Social:

- a) Divisão de Coordenação e Desenvolvimento de Pessoal;
- b) Divisão Hospitalar;
- c) Divisão de Saúde Coletiva;
- d) Divisão de Ação Social;

III. Departamento de Cultura:

- a) Divisão de Patrimônio Artístico, Cultural e Histórico;
- b) Divisão de Promoção de Cultura.

IV. Departamento de Esportes e Lazer:

- a) Divisão de Educação Física;
- c) Divisão de Promoção Esportiva e Lazer.

V. Departamento de Educação:

- a) Divisão de Educação;
- d) CAIC.

**SEÇÃO SEGUNDA**

**SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO**

**Art. 29** - Compete à Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo:

- I. assistir tecnicamente os serviços ligados ao desenvolvimento e aprimoramento da agricultura e da pecuária;



LEI Nº 1521, DE 22.02.01

...18

II. promover e articular medidas de abastecimento e criação de facilidades concernentes a insumos básicos;

III. a aplicação e fiscalização de dispositivos normativos de defesa ambiental, vegetal e animal;

IV. promover o desenvolvimento e fortalecimento do associativismo e cooperativismo;

V. viabilizar projetos industriais, visando atrair novas indústrias e investimentos para o município;

VI. divulgar as potencialidades e oportunidades que o município pode oferecer para o investidor nas áreas de turismo, indústria e comércio;

VII. atrair empreendimentos voltados para geração de novos empregos;

VIII. planejar, coordenar e executar ações concernentes ao desenvolvimento industrial e comercial do município;

IX. propor a realização de exposições, eventos, feiras e amostras da produção agro-industrial do município;

X. executar outras tarefas correlatas determinadas pelo Prefeito Municipal.

**Art. 30** - A Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo é integrada pelas seguintes unidades administrativas, imediatamente subordinadas aos respectivos responsáveis:

I. Departamento de Fomento Agropecuário.

II. Departamento de Comércio e Indústria.

III. Departamento do Meio Ambiente.

IV. Departamento de Turismo:

a) Divisão de informações turísticas.

V. Departamento de Eventos.

VI. Parque de Exposições e Eventos.





LEI Nº 1521, DE 22.02.01

...19

**Art. 31** – Compete aos Gerentes:

- I. desenvolver, organizar, executar e controlar tarefas de suas competências;
- II. a elaboração de relatórios periódicos referentes às atividades desenvolvidas;
- III. executar e fazer cumprir as determinações emanadas do Chefe do Executivo, do Secretário Municipal a que estiver vinculado diretamente e as atribuições que lhes forem por eles conferidas;
- IV. executar outras tarefas correlatas determinadas pelo Secretário Municipal a que estiver vinculado diretamente ou pelo chefe do executivo.

**Parágrafo Único:** As gerências serão desenvolvidas no Centro de Atendimento Integral à Criança – CAIC; no Parque de Exposições e Eventos, e; no Terminal Rodoviário.

**TÍTULO III**

**DOS PRINCÍPIOS NORTEADORES DA AÇÃO ADMINISTRATIVA**

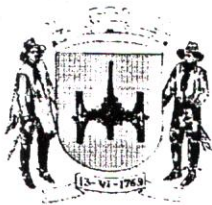
**Art. 32** - A Prefeitura Municipal da Lapa adotará o planejamento como instrumento de ação para o desenvolvimento físico-territorial, econômico, social e cultural, como também, para a aplicação de recursos humanos, materiais e financeiros do governo municipal.

**Art. 33** - Compreenderá o planejamento municipal a elaboração e manutenção atualizada dos seguintes instrumentos básicos:

- I - Plano Diretor.
- II - Plano Plurianual.
- III - Lei de Diretrizes e Orçamento.

**Parágrafo único** – O planejamento municipal guardará consonância com os planos e programas dos governos do Estado e da União.

**Art. 34** - A administração Municipal promoverá constantemente o aperfeiçoamento do seu pessoal, visando elevar a sua produtividade e eficiência, a fim de possibilitar o estabelecimento de níveis de remuneração adequados e a ascensão sistemática às funções superiores, mediante a implantação de planos de carreira.



LEI Nº 1521, DE 22.02.01

...20

**Art. 35** - Na elaboração e execução de seus programas, a prefeitura estabelecerá o critério de prioridades, segundo a essencialidade da obra e o atendimento do interesse coletivo.

#### TÍTULO IV

#### DOS PRINCÍPIOS GERAIS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA E EXERCÍCIO DE AUTORIDADE

**Art. 36** - No regimento interno da Prefeitura, a ser baixado por decreto, o Chefe do Executivo Municipal delegará competência aos Secretários para proferir despachos decisórios, podendo a qualquer tempo, avocar a si, segundo seu critério, a competência delegada.

**Parágrafo único** – A competência delegada fica limitada ao disposto no artigo 70º da Lei Orgânica do Município.

**Art. 37** - O Prefeito Municipal poderá completar, mediante decreto, a organização administrativa da Prefeitura, criando, extinguindo ou transformando órgãos de níveis inferiores a secretaria, observando os princípios gerais estabelecidos na presente Lei e a existência de recursos para atender despesas de prioridades de provimento das respectivas chefias.

**Art. 38** - Fica estabelecido o seguinte escalonamento hierárquico dos órgãos constantes da estrutura administrativa da Prefeitura da Lapa:

- I – Secretaria;
- II – Departamento;
- III – Divisão;
- IV – Seção;
- V - Setor ou Serviço.





LEI Nº 1521, DE 22.02.01

...21

**Art. 39** - O Prefeito e Secretários, salvo nos casos expressamente definidos em lei, estarão desincumbidos de funções meramente de execução ou atos relativos as rotinas administrativas.

## TÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 40** - Integrará também a estrutura básica da Administração Municipal, o Gabinete do Vice-Prefeito, que prestará assistência direta e imediata nas relações oficiais do Vice-Prefeito, na recepção, estudo e triagem do expediente que lhe for encaminhado e no provimento dos meios administrativos necessários à sua atuação e à execução de outros serviços por ele determinado.

**Art. 41** - O desempenho das atividades nos órgãos da Administração Direta será efetuado por funcionários providos em cargo de comissão, conforme contido na Lei Municipal nº 1518 de 25 de janeiro de 2001, ou por servidores pertencentes ao quadro efetivo do Município, em cargos de confiança, percebendo, neste caso, Função Gratificada, simbolizadas como FG, criadas e regulamentadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, conforme prevê a Lei 1096 de 26 de agosto de 1991.

**Parágrafo Único:** As funções gratificadas serão pagas aos cargos efetivos que exercerem funções de hierarquia superior e de coordenação, nestes inclusos os cargos de Diretor de Departamento, Chefe de Divisão, Chefe de Seção e Chefe de Setor.

**Art. 42** - Os cargos em confiança, a que se refere esta Lei, serão providos por livre nomeação e exoneração do Prefeito Municipal.

**Art. 43** - Os cargos em comissão, criados pela Lei nº 1518 de 25 de janeiro de 2001 e as Funções Gratificadas terão reajustes na mesma data de índices de reajustes concedidos aos demais servidores públicos municipais, em obediência à disciplina contida na Lei Orgânica do Município.



LEI Nº 1521, DE 22.02.01

...22

**Art. 44** - As atribuições de cada órgão da Estrutura Administrativa, arroladas nos incisos I, II, III, IV e V, do artigo 2º, desta Lei, terão suas respectivas descrições estabelecidas em Regime Interno, a ser criado por Decreto do Prefeito Municipal.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Até a decretação do novo Regimento Interno, vigoram os dispositivos do Regimento Anterior, onde ajustar-se-ão as atribuições e serviços definidos por esta Lei.

**Art. 45** - Ficam criados, mantidos ou transformados todos os órgãos competentes e complementares da estrutura administrativa da Prefeitura mencionados nesta Lei.

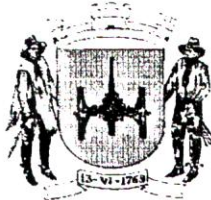
**Art. 46** - As repartições municipais devem funcionar perfeitamente articuladas em regime de mútua colaboração.

**Art. 47** - A administração municipal deverá promover a integração da comunidade local política-administrativa do Município, através de órgãos coletivos, composto de servidores municipais, representantes de outras esferas de governo e de município com atuação destacada na coletividade, ou com conhecimentos específicos de problemas locais.

**Art. 48** - Na medida em que forem instalados os órgãos que compõe a estrutura administrativa da Prefeitura da Lapa, prevista nesta Lei, serão extintos automaticamente os atuais órgãos, ficando o Prefeito Municipal autorizado a promover transferência de pessoal, recursos financeiros e materiais, atribuições e instalações.

**Art. 49** - Para ajustar as despesas decorrentes da execução da presente Lei, fica autorizado o Poder Executivo a promover os necessários enquadramentos, visando adequar o orçamento em vigor, utilizando-se, para tanto, de dotações orçamentárias dos órgãos da Administração Direta e Indireta extintos ou readequados, para aquelas que lhes sucedem.





*Prefeitura Municipal da Lapa*  
*Estado do Paraná*



LEI Nº 1521, DE 22.02.01

...23

**Art. 50** - Esta Lei entra em vigor nesta data, com efeitos retroativos a 01 de Fevereiro de 2001, ficando revogadas: Leis nºs. 1164/92 (com alterações); 1171/92; 1297/95; 1298/95; 1300/95; 1344/96; 1358/97; 1381/97 (com organograma atual); e demais disposições em contrário.


Edifício da Prefeitura Municipal de Lapa, em 22 de Fevereiro de 2001

  
**Paulo César Flates Furiati**  
Prefeito Municipal

A presente proposta visa  
não somente adequar nossa  
L.D.O., as novas determina-  
ções do Tribunal de Contas  
do Estado do Paraná, diante  
da perspectiva de criação de  
novos cargos comissionados  
nos Poderes Legislativo Mu-  
nicipal. Diante do exposto,  
nada a opor que o Plenário  
aprove no intuito.

É o parecer.

Lapa, em 25 de janeiro de 2005

  
ASSASSOR jurídico





# Poder Legislativo do Município da Lapa

## Estado do Paraná

### ANTE-PROJETO DE LEI Nº 03/05

Autor: Executivo Municipal

Sumula: Altera a Lei nº 1795, de 05.07.04, e dá outras providências.

Protocolado na Secretaria no Dia 20/01/2005.

Apresentado em Expediente do Dia --/--/----

Encaminho à Comissão de:

- ☒ Legislação, Justiça e Redação, em 20/01/2005.
- ☒ Economia, Finanças e Orçamento, em 20/01/2005.
- ☐ Saúde, Educ., Cult., Esp., B.E. Social e Ecol., em XX\_/XX\_/XX.
- ☐ Urbanismo e Obras Públicas, em XX\_/XX\_/XX.
- ☐ Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em XX\_/XX\_/XX.
- ☐ Controle e Fiscalização, em XX\_/XX\_/XX.

**JOÃO RENATO LEAL AFONSO**  
Presidente do Poder Legislativo Municipal

|   |   |
|---|---|
| Recebi o projeto em <u>20</u> / <u>01</u> / 2005<br><br><b>LEANDRO PIERIN B. DA SILVEIRA</b><br>Presidente da Comissão de Legislação,<br>Justiça e Redação                  | <b>DESIGNAÇÃO DO RELATOR</b><br>Fica designado para relatar sobre a matéria o Vereador<br><u>MARCO ANTONIO BORTOLETO</u><br>Lapa, em <u>20</u> / <u>01</u> / 2005.<br><br><b>LEANDRO PIERIN B. DA SILVEIRA - Presidente da CLJR</b> |
| Recebi o projeto em <u>20</u> / <u>01</u> / 2005<br><br><b>JOÃO ANTONIO DE JESUS MARTINS</b><br>Presidente da Comissão de Economia,<br>Finanças e Orçamento                 | <b>DESIGNAÇÃO DO RELATOR</b><br>Fica designado para relatar sobre a matéria o Vereador<br><u>MARCO ANTONIO BORTOLETO</u><br>Lapa, em <u>20</u> / <u>01</u> / 2005.<br><br><b>JOÃO ANTONIO DE JESUS MARTINS - Presidente da CEFO</b> |
| Recebi o projeto em ____ / ____ / 2005<br><br><b>ANTONIO LUIZ CARLOS CAVALINI</b><br>Presidente da Comissão de Saúde, Educ., Cult.,<br>Esporte, Bem Estar Social e Ecologia | <b>DESIGNAÇÃO DO RELATOR</b><br>Fica designado para relatar sobre a matéria o Vereador<br>_____<br>Lapa, em ____ / ____ / 2005.<br><br><b>ANTONIO LUIZ C. CAVALINI - Presidente da CSECEBESEcol</b>                                 |
| Recebi o projeto em ____ / ____ / 2005<br><br><b>MARCO ANTONIO FERRARI RAMOS</b><br>Presidente da Comissão de Urbanismo e<br>Obras Públicas                                 | <b>DESIGNAÇÃO DO RELATOR</b><br>Fica designado para relatar sobre a matéria o Vereador<br>_____<br>Lapa, em ____ / ____ / 2005.<br><br><b>MARCO ANTONIO FERRARI RAMOS - Presidente da CUOP</b>                                      |
| Recebi o projeto em ____ / ____ / 2005<br><br><b>MARCO ANTONIO BORTOLETO</b><br>Presidente da Comissão de Agricultura,<br>Pecuária e Abastecimento                          | <b>DESIGNAÇÃO DO RELATOR</b><br>Fica designado para relatar sobre a matéria o Vereador<br>_____<br>Lapa, em ____ / ____ / 2005.<br><br><b>MARCO ANTONIO BORTOLETO - Presidente da CAPA</b>  |
| Recebi o projeto em ____ / ____ / 2005  | <b>DESIGNAÇÃO DO RELATOR</b><br>Fica designado para relatar sobre a matéria o Vereador<br>_____   |

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.**

**ANTEPROJETO DE LEI Nº 03/2005**

**Autor:** Executivo Municipal

**Sumula:** altera a Lei nº 1795, de 05.07.04, e dá outras providências.

**Parecer**

Conforme Assessoria Jurídica o presente projeto apenas visa adequação à Lei de Diretrizes Orçamentárias, acatando as determinações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, diante da perspectiva da criação de novos cargos comissionados no Poder Legislativo.

**É o parecer.**

Lapa, 25 de janeiro de 2005

  
**MARCO ANTONIO BORTOLETTO**  
Relator

**VOTO:**

*Com o Relator*

*Juciel Vilmar Jungles dos Santos*

**Ver. JUCIEL VILMAR JUNGLES DOS SANTOS**

**VOTO:**

*CUM O RELATOR.*



**Ver. LEANDRO BORGES DA SILVEIRA**



**COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E ORÇAMENTO.**

**ANTEPROJETO DE LEI Nº 03/2005**

**Autor:** Executivo Municipal

**Sumula:** altera a Lei nº 1795, de 05.07.04, e dá outras providências.

**Parecer**

O Tribunal de Contas recomenda como indispensável a existência de uma assessoria para o Poder Legislativo, havendo a necessidade de reestruturar seu quadro funcional. Para que se proceda esta reestruturação, antes porém, necessitamos da alteração na LDO, o que se pretende com o presente projeto.

**É o parecer.**

Lapa, 25 de janeiro de 2005

  
**MARCO ANTONIO BORTOLETTO**  
Relator

**VOTO:**

  
**DE ACORDO**

**Ver. JOÃO ANTONIO DE JESUS MARTINS**

**VOTO:**

  
**Ver. VILMAR FÁVARO**



# PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

## LAPA - PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL

LAPA - PR

F.L.S. Nº 51

m.p.

### PROJETO DE LEI Nº 002/2005

**Autor:** Executivo Municipal

**Súmula:** Altera a Lei nº 1795, de 05.07.2004, e dá outras providências.

O Poder Legislativo Municipal da Lapa, Estado do Paraná, **APROVA:**

**Art. 1º** - Fica acrescido ao Anexo I, da Lei 1795, de 5 de julho de 2004, o seguinte item:


PROGRAMA 0001 - Programa de Processo Legislativo  
Objetivos: permanecem inalterados

|   |                                |    |
|---|--------------------------------|----|
| - Proceder a readequação e/ou ampliação da estrutura do Quadro de Pessoal | Assessor e estagiário /unidade | 15 |
|---|--------------------------------|----|

**Art. 2º** - Permanecem em vigor os demais itens não atingidos pela presente alteração.

**Art. 3º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Poder Legislativo da Lapa, Estado do Paraná, em 26 de janeiro de 2005

  
**JOÃO ANTONIO DE J. MARTINS**  
1º Secretário

  
**JOÃO RENATO AFONSO**  
Presidente